

## INQUÉRITO 2.593 DISTRITO FEDERAL

### VOTO

**O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator):** Conforme relatado, na denúncia, e sua posterior explicitação que recebi como aditamento, imputa-se ao investigado a prática três crimes, delitos previstos nos arts. 299, 304 e 312 do Código Penal.

Como se sabe, nesta fase, não se faz juízo aprofundado de mérito, mas tão somente análise perfunctória da denúncia e do substrato probatório mínimo de autoria e de materialidade delitiva para se verificar o preenchimento dos requisitos do art. 41 do CPP, bem como da não incidência de quaisquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do CPP.

Dispõe o art. 41 do CPP:

Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

O art. 395 do CPP, ao seu turno, reza:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando: I - for manifestamente inepta; II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

A aptidão da denúncia ou a presença de justa causa não veicula juízo de condenação. É uma primordial apreciação de preenchimento de requisitos formais.

A jurisprudência desta Suprema Corte é firme nesse sentido. Cito, como exemplo, precedentes das duas Turmas, os quais não levam grifos no original:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. IMPUTAÇÃO DO CRIME DE CONCUSSÃO. APTIDÃO DA DENÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS. SUBSTRATO PROBATÓRIO MÍNIMO PRESENTE. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. DENÚNCIA RECEBIDA. 1. **A fase processual do recebimento da denúncia é juízo de delibação, jamais de cognição exauriente. Não se pode, portanto, confundir os requisitos para essa fase, delineados no art. 41 do Código de Processo Penal, com o juízo de procedência ou não da imputação criminal.** 2. No caso, a denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas, a partir de elementos aptos a tornar plausível a acusação, permitindo o pleno exercício do direito de defesa. 3. Está presente, ademais, substrato probatório mínimo em relação à materialidade e à autoria. 4. Denúncia recebida.(Inq 3966, Rel. Min. Teori Zavascki, 2a. Turma, DJe 09.10.2015).

(...)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO INQUÉRITO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. INCONFORMIDADE COM A DECISÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. 1. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição ou obscuridade, o que não ocorre no presente caso. 2. **Na fase de recebimento da denúncia não se faz um juízo aprofundado de mérito, mas apenas uma análise perfunctória da denúncia e do substrato probatório mínimo de autoria e materialidade delitiva, de modo a se verificar o preenchimento dos requisitos do art. 41 do CPP, bem como da não incidência de quaisquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do CPP.** 3. Embargos de declaração rejeitados. (Inq 3331 ED, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 03/05/2016)

Esse é o âmbito do presente julgamento. Proponho o exame a este Colegiado, em face da denúncia, de três ordens de deduções hauridas dos fatos apresentados e investigados: (i) parte da denúncia apresenta-se sob a incidência da prescrição; (ii) parte da denúncia é irremediavelmente inepta; e (iii) parte da denúncia se mostra passível de acolhimento.

Nessa linha, compreendo que, a despeito do esforço da defesa em demonstrar a improcedência das acusações contra o denunciado, a denúncia está a merecer parcial recebimento diante da existência de suficientes indícios de materialidade e autoria em relação a parte das imputações dela constantes.

Explicito agora essa direção que proponho ao Colegiado, principiando pela imputação de peculato.

## II – PECULATO:

Quanto ao delito de peculato, entendo presentes indícios de autoria e materialidade minimamente suficientes ao recebimento da denúncia.

Os fatos apurados no presente Inquérito têm origem em procedimento instaurado em face do denunciado junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado em razão de representação apresentada pelo Partido da Solidariedade (PSOL) visando a apurar notícias de que a pensão alimentícia a que o denunciado se encontrava obrigado a pagar estava sendo paga pelo preposto de uma empreiteira.

Dentre as razões da suspeita, apontou-se o descompasso entre a suposta renda declarada pelo Senador e o valor do dispêndio mensal a título de pensão.

Com o desenrolar das apurações, o denunciado alegou que possuía renda lícita suficiente para arcar com o valor a que estava obrigado, sustentando que advinha de seus subsídios de Senador e da atividade pecuarista. Apresentou uma série de documentos que justificariam sua atividade de criação de gado e renda suficiente para

## INQ 2593 / DF

arcar com os valores, o que afastaria, em tese, a suspeita de que o pagamento da pensão por terceiros constituiria propina.

A partir daí, exames periciais foram realizados nos documentos apresentados pelo denunciado a fim de averiguar se seriam capazes de provar renda suficiente. Outras hipóteses exsurgiram, dentre elas, a de que o denunciado estaria se utilizando da verba indenizatória, concebida para custear as despesas dos parlamentares no exercício do mandato, para o pagamento da referida pensão alimentícia.

Após instaurado o Inquérito perante esta Suprema Corte, por decisão do eminente Ministro Ricardo Lewandowski, a quem sucedi na relatoria desse feito, foi decretada a quebra do sigilo bancário do investigado e de pessoas físicas e jurídicas que, de algum modo, relacionavam-se financeiramente com o denunciado.

Desta quebra surgiram indícios de que a verba indenizatória, ao menos parte dela, estaria sendo apropriada ou desviada pelo investigado, razão pela qual o Procurador-Geral da República imputou ao acusado a prática de peculato na modalidade de desvio.

Segundo a denúncia, constatou-se que no período de janeiro a julho de 2005 o acusado, ao prestar contas dos valores recebidos a título de verba indenizatória, apresentou 14 Notas Fiscais emitidas em seu nome pela empresa Costa Dourada Veículos Ltda., cada uma delas no valor aproximado de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

Apesar disso, ao se analisar os extratos bancários, tanto da empresa Costa Dourada Veículos Ltda., quanto do próprio acusado, não há lançamentos que correspondam ao efetivo pagamento desses valores como contraprestação real da locação de veículos, o que produz indícios de que as notas fiscais não representam real transação comercial, mas sim, destinavam-se exclusivamente a mascarar a apropriação ou o desvio do dinheiro público.

A prova da materialidade consubstancia-se no Laudo nº 374/2009 (fls. 5951-5965), do Instituto Nacional de Criminalística, que analisou a movimentação financeira do acusado e da empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

Após análise da movimentação financeira obtida com a quebra do sigilo bancário determinada pelo meu antecessor na relatoria do feito, o eminente Ministro Ricardo Lewandowski, concluíram os expertos que *“foram encaminhadas para exames notas fiscais de serviços emitidas pela empresa Costa Dourada Veículos Ltda. em nome de José Renan Vasconcelos Calheiros. (...) As notas fiscais de serviços apresentaram certa regularidade em relação ao valor de R\$ 6.400,00, ao período de emissão mensal e ao detalhamento dos serviços de locação de veículos (...) Não foi identificado nos extratos bancários de Renan Calheiros, nos anos de 2004 a 2006, lançamento a crédito ou a débito vinculado à operação de crédito citada ou às notas fiscais de serviço emitidas, situação ratificada por meio de análise dos extratos bancários da empresa Costa Dourada Veículos Ltda.”* (fls. 5961).

Como se vê, concluiu-se na perícia que analisou a movimentação financeira do denunciado e da empresa Costa Dourada Veículos Ltda. que o Senador apresentou ao Senado Federal para prestação de contas do uso da verba indenizatória mensal, no período compreendido entre janeiro e julho de 2005, notas fiscais mensais correspondentes à locação de veículos, sem que se constatasse o fluxo financeiro dos valores quer nas contas bancárias do denunciado, quer nas contas bancárias da empresa.

A defesa alega que a ausência de registro nas contas bancárias do acusado ou da empresa Costa Dourada, por si, não representa ausência de pagamento dos aluguéis de veículos apresentados na prestação de contas da verba indenizatória. Alega que o acusado sacou em dinheiro a integralidade dos valores referentes à verba indenizatória, e fez o pagamento em dinheiro à Costa Dourada.

Repiso que nesta fase processual a dúvida pende em favor do recebimento da denúncia já que o Ministério Público, desde que fundado em indícios, tem o dever e o direito de provar, no curso da instrução processual, acima de dúvida razoável, que a descrição do fato típico que traz na denúncia é verídica.

Nesta fase, só se rejeita a denúncia se não houver sequer

## INQ 2593 / DF

indícios de materialidade e autoria. Não é o caso.

Assim, ainda que não se possa descartar como eventualmente verídica a afirmação da defesa, segundo a qual os valores representados nas notas fiscais foram pagos em dinheiro e não apropriados ou desviados, entendo que há outros elementos indiciários que conferem mínimo de credibilidade suficiente à imputação para que se instaure o processo penal.

Considero, nesse sentido, a relação próxima entre Idelfonso Antônio Tito Uchoa Lopes, sócio da Costa Dourada Veículo Ltda. e o denunciado, contra quem já pesaram indícios em outro inquérito de ser intermediário do acusado na aquisição de empresas de comunicação.

Ademais, embora reconhecida a prescrição quanto ao tópico, como adiante procurarei demonstra, a denúncia imputa ao acusado a celebração de mútuo fictício com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda. para o fim de artificialmente ampliar sua capacidade financeira e justificar perante o Conselho de Ética do Senado capacidade de arcar com pagamento de pensão alimentícia.

Segundo se apurou, o contrato de mútuo teria sido celebrado em 31.08.2015 no valor de R\$ 178.100,00 (cento e setenta e oito mil e cem reais), porém não foi declarado ao fisco pelo denunciado, suposto mutuante. Além disso, não registrou a empresa qualquer valor a título de remuneração do capital emprestado e no mesmo ano em que o denunciado teria recebido R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) da empresa Costa Azul a título de mútuo os sócios receberam R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) de *pro labore* e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de dividendos. Já em 2005, o acusado recebeu R\$ 99.300,00 (noventa e nove mil e trezentos reais), embora o lucro da empresa, de R\$ 71.494,71 (setenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), não tenha sido suficiente para permitir a distribuição de *pro labore* aos sócios.

Ainda que esteja prescrito o delito de falsidade ideológica do contrato em questão, a constatação de sua suposta realização, na

forma e nos termos mencionados, é indício da relação de estranha proximidade entre o acusado e os sócios da Costa Azul.

Essa proximidade não é negada pela defesa, que reconhece, inclusive, que referido empresário já ocupou cargo em comissão no gabinete do acusado nos anos de 1995 a 1996.

Além disso, chama a atenção a suposta movimentação de quantia nada desprezível em espécie. A opção pela realização de pagamentos por serviços mensais no valor aproximado de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) em espécie, ainda mais quando dotados de certa regularidade, é elemento de convicção que aliado a outros indícios não pode ser desprezado. É certo que não é proibido pagar compromissos em dinheiro, em detrimento de outras formas mais seguras, ágeis e práticas de movimentação financeira como cartão de crédito, cheque, ordens de pagamento. Contudo, a alegada opção pelo pagamento em espécie, de valores maiores, não pode ser sumariamente desprezada.

Por fim, chama a atenção, ainda, o fato de que uma parcela substancial do valor total da verba indenizatória para cobrir despesas com o exercício do mandato parlamentar ser justamente direcionada ao pagamento de aluguel de veículos, em localidade diversa de onde o acusado exercia seu mandato, ainda que em sua base eleitoral.

Na época em que os pagamentos teriam sido feitos, o valor total disponível para cada Senador a título de verba indenizatória, por mês, era 12 (doze) mil reais, conforme Portaria do Presidente do Senado nº 02/2003, valor este que só foi modificado em 21 de junho de 2005 por meio do Decreto 04/2005 para 15 (quinze) mil reais.

Isso significa que o acusado teria dispendido com o aluguel de veículos, no período compreendido entre janeiro e julho de 2005, mais da metade do valor disponível para custear toda sua atividade parlamentar.

A confluência desses indícios, em minha compreensão, confere mínimo de verossimilhança suficiente à alegação constante da denúncia segundo a qual as notas fiscais não refletem serviço efetivamente prestado.

Sendo assim, com tais ponderações, recebo a denúncia pelo crime de peculato.

### **III - QUANTO AOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E USO DE DOCUMENTOS FALSOS.**

A denúncia imputa ao investigado, além da prática do crime de peculato (art. 312 do CP), a prática dos crimes de falsidade ideológica (art. 299 do CP) e uso de documento falso (art. 304 do CP).

Quanto a esses dois últimos crimes, convém transcrever seus respectivos tipos:

#### **Falsidade ideológica**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

#### **Uso de documento falso**

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Como se vê, no atual estágio, ganha relevo identificar, dentre os documentos acoimados de ideologicamente falsos pelo Procurador-Geral da República, quais são particulares e quais são públicos, eis que a pena máxima cominada à falsidade e ao uso de documentos falsos, no ordenamento jurídico penal pátrio, varia de acordo com a natureza pública ou particular do documento. A pena máxima para a falsidade ideológica de documentos públicos e seu respectivo uso é 5 (cinco) anos de reclusão e, em se tratando de documento particular, 3



(três) anos de reclusão.

Sendo assim, como reconheceu o próprio Procurador-Geral da República nas fls. 9.033-9.035, desde **11 de junho de 2015**, estão prescritos os crimes de falsidade ideológica dos **documentos particulares** em razão da incidência da regra do art. 109, IV, do Código Penal, uma vez que teriam sido tais documentos utilizados em **11 de junho de 2007** perante o Conselho de Ética do Senado, ou seja, há mais de 8 (oito) anos, prazo no qual os crimes cuja pena máxima não excede a 4 (quatro) anos prescreve.

Diante da afirmação do Procurador-Geral da República de que estaria extinta a punibilidade dos crimes de falsidade ideológica em relação aos documentos privados em razão da prescrição, à míngua de uma clara indicação na denúncia da natureza de cada um dos documentos acoimados de ideologicamente falsos, determinei a intimação do *parquet* para esclarecer quais seriam públicos ou privados para fins de declaração da extinção da punibilidade.

O Procurador-Geral da República, às fls. 9054-9073, apontou como sendo públicos, dentre os documentos considerados falsos na denúncia, as Guias de Trânsito Animal – GTA's, as Notas Fiscais de Produtor, as Declarações de Vacinação Contra Febre Aftosa e os Livros Caixa de Atividade Rural, estes últimos por equiparação, em razão do disposto no art. 297, § 2º, do Código Penal. Por exclusão, considerou particulares os recibos de compra e venda de gado, as declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física, os contratos de mútuo firmados com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

Cumprido, portanto, preliminarmente, acolher a proposição do MP e declarar extinta a punibilidade, em relação aos documentos particulares acoimados de ideologicamente falsos na denúncia.

Incontroverso que as imputações a respeito dos recibos de compra e venda de gado, as declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física e os contratos de mútuo são documentos particulares; assim o entendo a PGR e essa configuração não vai de encontro à percepção deste voto.

Quanto aos demais, compreendo, diversamente do sustentado pelo Ministério Público Federal, que são particulares as Notas Fiscais e os Livros Caixa de Atividade Rural.

Como se sabe, o documento público é o “*elaborado na forma prescrita em lei, por funcionário público, no exercício de suas atribuições, compreendido o documento formal e substancialmente público*” (BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. v4. 9 ed. São Paulo : Saraiva, 2015, pp. 549-550).

Essa concepção é assente no âmbito desta Suprema Corte. Cito, por exemplo, sem grifos no original, os seguintes trechos de ementas:

Direito Penal. Crime de falsidade ideológica. 1. Preliminarmente, deve-se desclassificar o crime para o de falsidade ideológica de documento particular (art. 299, 2ª parte, do Código Penal), cuja escala penal é de 1 a 3 anos. Isso porque **o documento falsificado, por não ter sido confeccionado por funcionário público no exercício das suas funções, é documento particular**. 2. A prescrição da pretensão punitiva deve tomar como parâmetro a pena máxima em abstrato. A pena de 3 anos resulta numa prescrição de 8 anos (art. 109, IV, do Código Penal). Nesse contexto, tendo a denúncia sido recebida em 25.09.2002, há que se reconhecer a prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato. 3. Extinção da punibilidade do acusado em relação ao crime de falsidade ideológica, deixando-se de proferir pronunciamento de mérito. (AP 404, Rel. Min. Rosa Weber, Rel. p/acórdão: Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 23.09.2014)

(...)

DIREITO PENAL. CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E DE USO DE DOCUMENTO FALSO. (...) 6. **O contrato social não pode ser equiparado a documento público, que é criado por funcionário público, no desempenho das suas atividades, em conformidade com as formalidades**

**previstas em lei.** 7. Extinção da punibilidade dos acusados, em face da prescrição da pretensão punitiva, baseada nas penas em concreto, restando prejudicada a condenação. (AP 530, Rel. Min. Rosa Weber, Rel. p/acórdão: Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, em 09/09/2014).

Os crimes de falsidade tutelam a fé pública, ou seja, a crença usualmente depositada na veracidade das informações que constam dos documentos. Eis a razão pela qual a pena máxima para os crimes de falsidade que envolvem documentos públicos é maior.

Quando informações falsas são inseridas em documentos cuja elaboração conta com a participação de funcionário público no exercício de suas atribuições legais, há um abalo maior ao bem jurídico tutelado, que é a fé pública, já que usualmente se deposita maior confiança nas informações emanadas dos documentos públicos.

A participação do poder público na elaboração do documento confere a este um caráter de maior solenidade que, pela compreensão geral, ainda que a informação inserida no documento não provenha do ente estatal, como ocorre com os documentos apenas formalmente públicos, implica um nível maior de assimilação da veracidade da informação dele constante.

Sob essa ótica, só podem ser considerados públicos os documentos cuja elaboração, de alguma forma, tenha a participação de funcionário público e aqueles expressamente equiparados em lei.

É certo que a massificação terminou por imprimir uma dinâmica diferenciada na elaboração de certos documentos públicos. A presença física do funcionário público na elaboração de certos documentos públicos foi paulatinamente sendo substituída pela elaboração prévia, por parte da administração pública, de formulários aos quais os particulares agregavam informações, sem que se desnaturasse a característica pública desses documentos. Mais recentemente, com o advento da rede mundial de computadores, a parte que incumbe ao poder público na elaboração de alguns documentos é gerada automaticamente, como ocorre, por exemplo, com Boletins de Ocorrência

Eletrônicos, passíveis de serem emitidos pela maioria das Secretarias de Estado de Segurança Pública do país.

Essas circunstâncias não desnaturam o caráter público de alguns documentos. Ainda que a parte que cabe ao poder público na elaboração do documento público seja realizada antecipadamente, por meio de formulários, ou automaticamente, por meio de um programa de computadores, será público o documento cuja elaboração conte, direta e presencialmente, com a participação de um funcionário público na sua confecção ou aquele que conte, mesmo que de forma indireta e padronizada ou mesmo automatizada, com a participação do funcionário público em sua confecção.

Sob essa ótica, não procede a alegação do Procurador-Geral da República segundo a qual Notas Fiscais de Produtor são documentos públicos. Ainda que a emissão de notas fiscais seja autorizada, regulamentada e padronizada por critérios definidos por entes públicos encarregados da arrecadação tributária, a confecção desses documentos está integralmente a cargo do particular. Não há a participação de funcionário público, quer anteriormente, quer concomitantemente à confecção do documento.

Ademais, sob o aspecto teleológico, igualmente não se depreende um abalo maior à fé pública quando se compara uma nota fiscal falsificada com outro documento falsificado cuja elaboração se faça no âmbito exclusivamente privado.

Quanto aos Livros Caixa de Atividade Rural, os quais seriam públicos por equiparação segundo sustenta o Procurador-Geral da República, igualmente, compreendo de forma diversa.

Segundo o Ministério Público Federal seriam públicos tais documentos, por equiparação, já que incidiria o disposto no art. 297, § 2º, do Código Penal segundo o qual *“para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular”*.

Compreendo, contudo, de forma diversa, eis que não há

demonstração de que o denunciado tenha organizado sua atividade rural na forma do que dispõe o art. 971 do Código Civil, segundo o qual, *“o empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro”*.

A atividade rural só está sujeita ao regime jurídico empresarial – hipóteses em que se pode falar em livros mercantis em sua ambiência – quando o produtor expressamente organiza seus negócios dessa maneira. Esta compreensão está sintetizada no Enunciado 202 do Centro de Estudos da Justiça Federal, segundo o qual *“o registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de natureza constitutiva, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial. É inaplicável esse regime ao empresário ou sociedade rural que não exercer tal opção”*.

Despiciendo lembrar que se impõe interpretação restritiva aos dispositivos penais que ampliam o poder punitivo estatal. O artigo 297, § 2º, do Código Penal ao equiparar “os livros mercantis” aos documentos públicos para fins penais não pode ser estendido ao ponto de se tomar por público um livro caixa não mercantil, ainda que dentre os livros mercantis, esteja o livro caixa. Ademais, é a lei penal (antes citada) que separa os documentos em públicos e particulares para o efeito de conferir maior atuação punitiva àqueles do que a estes últimos.

Em outras palavras, há livros caixa mercantis e livros caixa não mercantis. Somente os primeiros podem, dada a vedação de **analogia in malam partem** no âmbito do direito penal, ser considerados documentos públicos por equiparação.

Sendo assim, estão prescritos, desde **11 de junho de 2015**, os crimes de falsidade ideológica e uso de documentos falsos relativos aos Livros Caixa de Produtor Rural, Notas Fiscais de Produtor Rural, recibos de compra e venda de gado, declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física e contratos de mútuo firmados com a empresa Costa Dourada Veículos Ltda.

Impende, agora, examinar a denúncia em relação aos documentos públicos remanescentes.

Não controvertem as partes sobre a natureza de documento público das Guias de Trânsito Animal – GTA's e das Declarações de Vacinação Contra Febre Aftosa, em relação aos quais impende analisar a viabilidade da acusação contra o investigado, de ter inserido elementos falsos nesses documentos e deles ter feito uso.

Analiso, pois, no que não incide o efeito jurídico do fluir temporal, a higidez da denúncia. E aqui se coloca a questão da aptidão ou não da denúncia no ponto específico.

#### IV – INÉPCIA PARCIAL DA DENÚNCIA.

A defesa alega que a denúncia é inepta por não cumprir com a exigência do art. 41 do Código de Processo Penal que exige *“a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias”*.

Entendo que tem razão a defesa nesse ponto, pois o MP não se desincumbiu dos deveres que aqui, nesse item, lhe cumpriria como órgão de acusação.

Alega a defesa que não é possível compreender, a partir da leitura da inicial, qual documento estaria sendo inquinado de falso pois a narrativa da falsidade encontra-se baseada no descompasso entre as informações constantes de alguns documentos confrontados com outros apresentados pelo denunciado quando de sua defesa perante o Conselho de Ética do Senado sem que se esclareça qual informação é falsa e qual é verdadeira.

Assim, sustenta a defesa que quando a denúncia afirma que nas notas fiscais de produtor estão registradas vendas de 656 animais, mas, de acordo com as GTAs teriam sido transportados 963 animais, não se esclarece onde está a falsidade, se nas GTA's ou nas Notas Fiscais.

Como mencionei, não se confunde a fase do recebimento da denúncia, oportunidade em que se faz um juízo de delibação, com o juízo de cognição exauriente próprio do julgamento do mérito da pretensão penal.

No caso, entretanto, ao menos quanto aos documentos cuja punibilidade não está extinta pela incidência da prescrição, não reputo atendidos os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

Com efeito, a ordem constitucional vigente impõe ao *dominus litis* que a peça acusatória, nos termos do artigo 41 do CPP, indique, de forma clara e precisa, os fatos penalmente relevantes e suas respectivas circunstâncias, que possam ser atribuídos ao acusado. Nessa linha, é pacífica a jurisprudência desta Suprema Corte:

**A denúncia deve projetar todos os elementos essenciais e acidentais da figura típica ao caso concreto** (Inq 3752, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 26/08/2014).

(...)

**A denúncia deve conter a exposição do fato delituoso, descrito em toda a sua essência e narrado com todas as suas circunstâncias fundamentais.** (...) Denúncia que deixa de estabelecer a necessária vinculação da conduta individual de cada agente aos eventos delituosos qualifica-se como denúncia inepta (HC 84.580/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJe nº 176, publicado em 18.09.2009).

Tal exigência tem como fundamento o balizamento da atuação jurisdicional vindoura, adstrita ao juízo de correlação que gravita em torno da manifestação acusatória. Sendo assim, não se cogita de condenações que surpreendam os *atores processuais*. Os requisitos da peça acusatória ainda visam a garantir o amplo exercício da defesa. Isso porque, não há como o denunciado se insurgir, com paridade de armas, contra o que não conhece.

Nessa linha, ao tratar dos pressupostos epistemológicos da defesa, Ferrajoli, compreende que as hipóteses acusatórias *“devem consistir em asserções empíricas que asseverem a comissão de um fato exatamente denotado pela lei, não sendo nem verificáveis nem falseáveis as asserções de significado indeterminado, ou, pior, os juízos de valor (Tício cometeu maus tratos ou atos obscenos, subversivos, ou ainda é perigoso, etc.), que não admitem contestações, mas no máximo invocações de clemência.”*(FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 565).

Logo se nota, portanto, a relevância dos requisitos da denúncia, os quais devem ser lidos a partir da limitação do poder-dever de acusar e, de acordo com a ambiência da vedação do arbítrio estatal em que estão inseridos, sempre com a observância do devido processo legal. Esse é o pano de fundo que justifica, legitimamente, a limitação do agir ministerial.

Sendo assim, tomo de empréstimo as palavras da eminente Ministra Rosa Weber para sintetizar: **“o artigo 41 do CPP, norma que regula a aptidão formal da denúncia (...), exige a narrativa dos fatos conhecidos e a conexão, por via de atividade subsuntiva, aos elementos constitutivos do tipo legal classificado na peça acusatória.** (Pet 5629, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 24/05/2016).

No caso dos autos, o Ministério Público Federal, no que restou não atingido pela prescrição, imputa ao acusado a prática do delito de falsidade ideológica e o posterior uso dos documentos ideologicamente falsificados perante o Conselho de Ética do Senado visando a demonstrar sua capacidade financeira para fazer frente ao pagamento de pensão alimentícia o que, segundo a imputação, não corresponde com a realidade.

Sendo assim, deveria constar da denúncia *“a narrativa dos fatos conhecidos e a conexão, por via de atividade subsuntiva”*, aos elementos constitutivos do tipo de falsidade ideológica, o qual vem descrito no art. 299 do Código Penal, nos seguintes termos: *“omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer*



*inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.*

O tipo em tela, como dito, tem por escopo proteger a fé pública, que é a crença na veracidade das informações constantes dos documentos. Sua configuração, sob o aspecto da tipicidade objetiva, pressupõe a inserção, direta ou mediata, de elementos que não correspondem à verdade ou omissão de elementos que dele necessariamente deveriam constar.

Esse crime, portanto, protege a integridade do documento, da informação que o documento contém. Um documento é ideologicamente falso quando a informação cuja existência ele prova não corresponde com a realidade ou, na modalidade omissiva, quando a informação que dele deveria constar nele não foi inscrita.

É a veracidade intrínseca do documento que o tipo do art. 299 do Código Penal visa a tutelar.

Sendo assim, ao descrever a ocorrência, no mundo fenomênico, de um crime de falsidade ideológica, o autor da ação penal deve esclarecer, em relação ao documento inquinado de falso, qual informação deixou de ser inscrita ou qual informação não corresponde à realidade.

No caso concreto, entretanto, não é o que ocorre. O Ministério Público, ao descrever a falsidade ideológica das GTA's e Declarações de Vacinação Contra Febre Aftosa apresentadas pelo denunciado ao Conselho de Ética do Senado insiste que tais documentos são inverídicos porque, vistos em seu conjunto, traduzem informações dissociadas daquelas abstraíveis de um outro conjunto de documentos apresentado pelo próprio acusado ao Conselho de Ética do Senado e, portanto, não se prestam a provar sua alegada capacidade financeira.

Transcrevo trechos da denúncia onde resta clara essa abordagem:

“o Senador Renan Calheiros inseriu e fez inserir, em documentos públicos e particulares, informações diversas das que deveriam ser escritas com o fim de alterar a verdade sobre

fato juridicamente relevante, qual seja, sua capacidade financeira para custear despesas de pensão alimentícia”

(...)

“Para justificar a venda de gado bovino no ano de 2004, o denunciado apresentou oito guias de trânsito animal e oito notas fiscais de produtor, de nº 0003 a 0010, que foram consideradas incompatíveis entre si em razão de divergências quanto a datas de emissão e quantidade de animais.”

(...)

11. Para comprovar a venda de gado em 2005, o denunciado apresentou cinquenta GTAs, das quais nove referiam-se a animais de fazendas de terceiros, e as NFPs de nº 0012 a 0041; 0051 a 0063; e 0071 a 0082.

12. **Nas notas fiscais de produtor estão registradas vendas de 656 animais, mas de acordo com as GTAs teriam sido transportados 963 animais.** Além disso, considerando as informações de validade e de quantidade nas GTAs e as datas de saída de animais e de quantidade nas notas fiscais, os peritos encontraram correlação para apenas 311.

(...)

14. Irregularidades semelhantes foram encontradas nos documentos relativos ao exercício de 2006. O denunciado apresentou cinquenta GTAs e as NFPs nº 0064 a 0070 e 0083 a 0114, sendo que dezenove GTAs continham informações da Fazenda Santa Rosa, de Ivanilda Calheiros.

15. **Nas notas fiscais de produtor estão registradas vendas de 765 animais, mas de acordo com as GTAs teriam sido transportados 908 animais.** Considerando as informações de validade e quantidade nas GTAs e as datas de saída de animais e de quantidade nas notas fiscais, os peritos encontraram correlação para apenas 220 animais.

16. **Mais uma vez, a quantidade de animais e os valores informados nas notas fiscais, na declaração de renda e nos recibos emitidos pelo denunciado são divergentes.**

(...)

20. O Laudo nº 2342/2007 também analisou a evolução do rebanho bovino do Senador com base nas declarações de renda de cada ano, nas declarações de vacinação contra febre aftosa, nas notas fiscais de produtor e nos recibos emitidos, e constatou não ser possível concluir inequivocamente sobre a existência de gado, o número de reses e a evolução do rebanho devido à precariedade e inconsistência dos dados.

(...)

40. Em síntese, apurou-se que Renan Calheiros não possuía recursos disponíveis para custear os pagamentos feitos a Mônica Veloso no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2006, e que inseriu e fez inserir em documentos públicos e particulares informações diversas das que deveriam ser escritas sobre seus ganhos com atividade rural, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, sua capacidade financeira. Além disso, o denunciado utilizou tais documentos ideologicamente falsos perante o Senado Federal para embasar a defesa apresentada na Representação nº 01/2007.

Como se vê, a abordagem da denúncia e das perícias que foram realizadas nos documentos giraram em torno da dúvida que surgiu quando da defesa do acusado perante o Conselho de Ética do Senado sobre se ele tinha ou não capacidade financeira para arcar com o pagamento de pensão alimentícia no valor acordado no Juízo Cível.

Descobriu-se que o acusado havia propiciado o pagamento de pensão em valores supostamente incompatíveis com sua renda declarada, o que gerou representação ao Conselho de Ética do Senado. A assunção de obrigações superiores à capacidade financeira oficializada é usualmente vista como indício de corrupção e lavagem de dinheiro. A investigação, portanto, visava descobrir se os documentos por ele apresentados provavam sua alegada capacidade financeira.

Os laudos periciais foram elaborados com essa finalidade e atestaram que os documentos, comparados entre si, apresentavam

inconsistências que impossibilitavam afirmar que a capacidade financeira alegada pelo denunciado realmente existia.

Essa conclusão resta clara da transcrição dos seguintes trechos do Laudo 2.342/07-INC:

Em relação ao aspecto ideológico, os Peritos buscaram verificar a veracidade das informações constantes nos documentos, relativos à venda de gado bovino, com base no cruzamento de informações correlatas (fls. 3615).

(...)

48. Após a realização dos exames, constataram-se divergências entre informações relativas às operações de venda de gado bovino nos diversos documentos analisados.

49. Durante os exames, foram constatadas divergências entre os dados preenchidos nos campos data de validade, procedência e quantidade das GTAs e os campos data de saída dos produtos, remetente e quantidade das NFPs, respectivamente.

50. Com isso, não se pode afirmar que as GTAs apresentadas a exame estão relacionadas com as NFPs emitidas pelo produtor José Renan Vasconcelos Calheiros. (fls. 3616)

(...)

55. Diante das inconsistências e precariedade dos documentos analisados, que se encontram descritas nos subitens a seguir, os Peritos concluem que a documentação enviada a exame não comprova, de forma inequívoca, a venda de gado bovino nas quantidades e valores das NFPs, recibos e DIRPFs, anos-calendário de 2004 a 2006, do produtor José Renan Vasconcelos Calheiros (fls. 3617).

Eis a razão pela qual as respostas dos peritos sobre a falsidade ideológica não chegam a ser conclusivas. Transcrevo, sobre as GTA's, o que responderam os peritos:

2) As Guias de Trânsito de Animais apresentadas são autênticas?

150. As Guias de Trânsito Animal encaminhadas a exame

são autênticas materialmente.

151. Ideologicamente, não se comprovou efetivamente o trânsito de animais. (fls. 3635).

Perceba-se que não afirmam a falsidade ideológica, mas afirmam que do confronto entre as informações extraíveis dos diversos documentos não se comprova ideologicamente o efetivo trânsito dos animais e, conseqüentemente, a renda declarada pelo denunciado ao Conselho de Ética do Senado.

Enfim, as conclusões dos peritos, que subsidiaram a denúncia, quanto a esses documentos, decorre do confronto de informações conflitantes num conjunto de documentos comparado com outro conjunto de documentos. GTA's em confronto com Notas Fiscais e Declarações de Vacinações ou, ainda, com a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física.

Isso não permite, à evidência, cumprir com o exigido pelo art. 41 do CPP, ao se imputar a falsidade ideológica de um documento. A inverdade que emerge do documento ideologicamente falso é intrínseca ao próprio documento.

Em outras palavras, para imputar a falsidade ideológica de uma dada GTA, cumpriria ao Ministério Público demonstrar e apontar na denúncia qual informação específica do documento está em desacordo com a verdade, não bastando dizer que está em desacordo com outros documentos.

Cumpriria, portanto, para investigar a falsidade dos documentos, dar um passo além nas investigações. O que se tinha, até o momento em que a denúncia foi oferecida, eram indícios de que dentre os documentos apresentados, alguns não representavam a verdade e, portanto, eram falsos. Mas para cumprir o art. 41 do CPP cumpriria ir além e demonstrar qual, dentre os documentos era falso e qual representava informação verdadeira ou, eventualmente, demonstrar a falsidade de ambos.

Apesar de ter recebido como aditamento à denúncia a petição das fls. 9054-9073, compreendo que a inépcia, quanto aos

## INQ 2593 / DF

documentos cuja punibilidade já não está extinta pela prescrição, permanece.

Percebe-se que os documentos acoimados de ideologicamente falsos são tratados em conjunto e as informações apontadas como inverídicas são extraíveis a partir do confronto.

E uma única menção específica aos documentos, intrinsecamente considerados, apontou o Ministério Público que a ausência de vinculação das GTA's às Notas Fiscais representa omissão de informação juridicamente relevante o que por si só configura o delito previsto no art. 299 do Código Penal.

Ainda assim, compreendo que o vício da inicial não restou sanado pois a genérica afirmação de que esse detalhe corresponde a omissão de informação juridicamente relevante, por evidente, não cumpre com os requisitos do art. 41 do CPP. Seria necessário ao menos descrever, atento aos elementos constitutivos do tipo do art. 299 do Código Penal, em que isso seria capaz de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Posto isso, voto por receber a denúncia pelo crime de peculato (art. 312 do CP) e declarar extinta a punibilidade pela incidência da prescrição em relação aos crimes de falsidade ideológica e uso das notas fiscais de produtor, recibos de compra e venda de gado, declarações de imposto de renda pessoa física, contratos de mútuo e livro de atividade rural; e rejeitar a denúncia quanto aos crimes de falsidade ideológica e uso das Guias de Trânsito Animal – GTA's e das Declarações de Vacinação Contra Febre Aftosa.

É como voto.